



Em no máximo cinco anos, as comarcas catarinenses atuarão prioritariamente com processos virtuais. A previsão é do juiz de direito de 2º Grau, Ricardo Roesler, coordenador do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) do Tribunal de Justiça, órgão sob a presidência do desembargador Vanderlei Romer. O projeto de justiça eletrônica caminha a passos largos. A partir do esforço de um grupo de trabalho composto por juizes e servidores, a Vara de Execuções Fiscais da Comarca da Capital já iniciou projeto piloto de virtualização de seus processos, desde a petição inicial até a sentença ou acordo de parcelamento de débitos. Todos os atos do rito processual - distribuição, juntada,

citação e intimação - são feitos por meio eletrônico. Em outubro, após fase de testes, a tramitação virtual será a nova realidade daquela unidade jurisdicional, escolhida pela CGInfo para servir como laboratório às demais unidades do Estado. A Vara de Execuções Fiscais Estaduais, na Comarca de Lages, será a próxima unidade beneficiada pelo projeto. Na sequência, a meta é trabalhar para implantar o projeto nos juizados especiais, a começar pelos de competência cível. "A informatização do Judiciário não é mais coisa do futuro, é a realidade, para a qual os demais operadores do Direito precisam estar preparados para usufruir de seus benefícios", garante Roesler.

Agilidade marca os trabalhos na Justiça de 1º Grau

Os juizes Augusto César Allet Aguiar, Jefferson Zanini e Roque Cerutti são exemplos da operosidade do Judiciário catarinense. Recentemente, Aguiar foi indicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o juiz mais produtivo do Brasil. Zanini, por sua vez, realizou uma sessão do Tribunal do Júri na Comarca de Campos Novos, no Meio-Oeste do Estado, 71 dias após o cometimento do crime. Cerutti, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Balneário Camboriú, prolatou uma sentença condenatória contra um assaltante daquela cidade 30 dias após o registro de sua prisão em flagrante. A eficiência e a agilidade na prestação jurisdicional foram reconhecidas pelos desembargadores do TJ que destacaram o trabalho de qualidade desenvolvido pela magistratura de 1º Grau.

Conselho de Gestão acompanhará Planejamento do Judiciário



O Conselho de Gestão e Modernização do TJ acompanhará mais de perto as etapas do planejamento estratégico do Poder Judiciário catarinense - metodologia em uso na instituição, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento (Asplan). O desembargador Luiz César Medeiros, integrante do Conselho de Gestão,

participou da última reunião que congregou diretores e assessores do TJ na discussão sobre o Balanced Score Card (BSC), espécie de aferição por estatísticas para quantificar o sucesso de ações previstas com o objetivo de alcançar as metas da instituição. "Estabelecer metas é primordial, tanto quanto dispor de indicadores que nos permitam acompanhar seu cumprimento e corrigir eventuais desvios de rota", comentou o magistrado. A reunião da Asplan contou ainda com a participação do presidente do TJ, desembargador Francisco Oliveira Filho, e do presidente do Fundo de Reparamento da Justiça, desembargador José Volpato de Souza.



O presidente do TJ, desembargador Francisco Oliveira Filho, inaugurou no último dia 10, um Juizado Especial no Terminal de Santo Antônio de Lisboa. A região abriga cerca de 150 mil habitantes, que correspondem a 40% da população da Capital. A nova instalação ampliará os serviços já oferecidos pelo PAC da região, localizado no Cesusc. "Nossa esperança é que este Juizado possa se transformar em um novo Fórum de Justiça da Capital", adiantou o presidente do TJ.



CNJ recebe dados das realizações do Núcleo de Conciliação de 2º Grau

O Coordenador do Núcleo de Conciliação de 2º Grau do Tribunal de Justiça, desembargador aposentado Silveira Lenzi, esteve em Brasília neste mês, oportunidade em que entregou um documento com informações atualizadas sobre o funcionamento do núcleo à juíza Andréa Pachá, conselheira nacional de Justiça. A magistrada, que atualmente preside a Comissão de Acesso à Justiça, informou que o CNJ está interessado em ativar e incentivar procedimentos de contenção de litígios pelas formas não-adversariais de resolução de conflitos, como a conciliação, arbitragem e mediação. A próxima etapa da reforma do Judiciário, aliás, deve se debruçar sobre este tema.

“Ao tomar conhecimento do trabalho, a conselheira teceu elogios ao nosso Tribunal”, contou o desembargador. Os documentos e dados estatísticos serão divulgados para os demais tribunais do país, como uma forma de incentivá-los a adotar procedimentos semelhantes.



AMB e AMC lançam Campanha Eleições Limpas



As Associações dos Magistrados Brasileiros e Catarinenses lançaram a campanha “Eleições Limpas: Pelo Voto Limpo e Consciente”, no último dia 4, na Capital. Seu objetivo é estimular um comportamento ético e fiscalizador do cidadão ao votar. Para isso, foram distribuídas durante a solenidade as publicações “Manual do Juiz” e “Cartilha do Eleitor”, com regras das eleições e procedimentos para denunciar irregularidades eleitorais. O presidente do TJ prestigiou o evento, que contou também com a presença de jornalistas, políticos e operadores do Direito.

Estão abertas até o dia 25 de setembro as inscrições para jurado voluntário, no site do TJ. O projeto, lançado em outubro de 2006 pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), tem o objetivo de facilitar a composição da lista anual de jurados, a partir do recrutamento de voluntários. A função do jurado, no Tribunal de Júri, é julgar os crimes dolosos contra a vida. Dentre os voluntários alistados, sete são sorteados para constituírem o Conselho de Sentença da sessão de julgamento.

Perfil: Amauri Felski



Amauri Toccolini Felski é servidor do TJ há 12 anos. Formado em Administração e Direito, trabalha há quatro anos como assessor técnico da Diretoria de Documentação e Informação, onde estuda projetos e controla o fluxo da revista e do CD da Jurisprudência Catarinense. Seu primeiro encanto na vida, no entanto, foi a comunicação, especialmente o rádio. Paranaense de Palmas por acidente, Amauri cresceu em Videira, no Meio-Oeste de Santa Catarina, onde deu seus primeiros passos. “Era para ter feito jornalismo, radialismo ou alguma

faculdade nessa área. Parti para outro caminho, mas nunca deixei de lado minha grande paixão”, conta. E assim, há 18 anos, Amauri se associou à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (Labre). Desde 2002, é presidente da instituição. Todos os sábados à tarde apresenta um programa com as principais notícias dos meios de comunicação e informações de utilidade pública. O programa é transmitido para radioamadores e chega a países vizinhos, como Argentina e Uruguai. Outro projeto na área é o livro “Radioamadorismo no Brasil: história e atuação”, que irá lançar em outubro. Fora do estúdio, o servidor se divide entre Florianópolis e Jaraguá do Sul, onde mora sua esposa, servidora da Justiça Federal, e o filho, de três anos.



Acesse o site da Labre para saber mais sobre radioamadorismo: www.labre-sc.org.br

